



**Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência**

Publicada no DJE n. 29, de 12.02.2014 p.5 a 11.

RESOLUÇÃO N. 001/2014-PR (Republicação por erro material)

Revoga a Resolução n. 017/2010-PR

Revogada pela Resolução n. 020/2014 -PR

~~Estabelece o valor e os procedimentos para a concessão de diárias e institui a indenização de deslocamento intermunicipal no Poder Judiciário do Estado de Rondônia.~~

~~O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;~~

~~CONSIDERANDO o disposto no artigo 52, III, da Lei Complementar n. 94/93, e no artigo 65, IV, da Lei Orgânica da Magistratura;~~

~~CONSIDERANDO o disposto no artigo 78 da Lei Complementar n. 68/92 – Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia;~~

~~CONSIDERANDO a Resolução n. 73, de 28/4/2009 do Conselho Nacional de Justiça;~~

~~CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a norma pertinente à concessão de diárias deste Poder com a instituição da indenização de deslocamento intermunicipal;~~

~~CONSIDERANDO o Processo n. 32486-97.2012;~~

~~CONSIDERANDO, finalmente, a decisão do Tribunal Pleno Administrativo em sessão no dia 10/2/2014,~~

R E S O L V E:

~~Art. 1º Estabelecer o valor e os procedimentos para a concessão de diárias e instituir a indenização de deslocamento intermunicipal – IDI no Poder Judiciário do Estado de Rondônia, nos termos desta resolução.~~

**CAPÍTULO I
DA CONCESSÃO E PROGRAMAÇÃO**

~~Art. 2º O magistrado, servidor ou policial militar agregado à disposição deste Poder, que, a serviço ou para participação comprovada em curso de atualização e aperfeiçoamento, deslocar-se de sua sede, em caráter eventual ou transitório, fará jus:~~

~~I – a diárias para atender despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, em viagens dentro ou fora do estado ou para o exterior;~~



**Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência**

~~II — a IDI, para atender despesas com transporte em deslocamentos intermunicipais, dentro do estado.~~

~~§ 1º Também fará jus a diárias e IDI a pessoa que se deslocar para prestar serviços não remunerados a este Tribunal de Justiça, na qualidade de colaborador ou colaborador eventual, desde que as despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana não sejam custeadas por este Poder.~~

~~§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, considera-se colaborador eventual, a pessoa física, sem vínculo funcional com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas, e, tão somente, colaborador, a pessoa física, sem vínculo funcional com este Tribunal de Justiça, mas vinculada à Administração Pública.~~

~~§ 3º O valor das diárias pago ao colaborador eventual será estabelecido pelo Ordenador de Despesa, segundo o nível de equivalência entre a atividade a ser cumprida e os valores constantes dos Anexos II e III desta resolução.~~

~~§ 4º O colaborador fará jus ao valor das diárias segundo o nível de equivalência entre o cargo por ele ocupado e os valores constantes dos Anexos II e III desta resolução.~~

~~§ 5º Excepcionalmente, deslocamentos intermunicipais em outros estados serão indenizados, mediante pedido de ressarcimento ao ordenador de despesa, com apresentação do bilhete de passagem terrestre.~~

~~Art. 3º A concessão e o pagamento de diárias e de IDI pressupõem obrigatoriamente:~~

~~I — compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público;~~

~~II — correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo efetivo ou as atividades desempenhadas no exercício da função gratificada ou do cargo em comissão;~~

~~III — publicação do Ato ou Portaria no Diário da Justiça Eletrônico, caracterizando a autorização da despesa, contendo, no que couber: o nome do beneficiário; o cargo/função ocupado; o destino; a atividade a ser desenvolvida; o período de afastamento;~~

~~IV — comprovação do deslocamento e da atividade desempenhada;~~

~~V — fixação dos valores das diárias de maneira proporcional aos subsídios ou aos vencimentos; e~~

~~VI — que o beneficiário não esteja em gozo de férias, licença ou qualquer outro tipo de afastamento.~~



**Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência**

~~Parágrafo único. A publicação a que se refere o inciso III será a *posteriori* em caso de viagem para realização de diligência sigilosa.~~

~~Art. 4º A concessão de diárias e de IDI compete ao Presidente do Tribunal de Justiça, exceção feita às decorrentes de viagem do Presidente do Tribunal que serão apreciadas pelo Vice-Presidente.~~

~~Parágrafo único. A concessão de diárias e de IDI poderá ser delegada ao Secretário Administrativo, nos termos do artigo 154, inciso VII, do Regimento Interno deste Poder.~~

~~Art. 5º As diárias serão concedidas por dia de afastamento da jurisdição ou sede.~~

~~Parágrafo único. O beneficiário fará jus à metade do valor da diária quando:~~

~~I – o afastamento não exigir pernoite fora de sua respectiva sede;~~

~~II – na data do retorno à sede;~~

~~III – quando fornecido alojamento ou outra forma de hospedagem por órgão ou entidade da Administração Pública.~~

~~Art. 6º Para fazer jus à concessão de diárias e IDI, a distância entre a sede do beneficiário e a localidade para onde ocorrer o afastamento deverá ser superior a 50 (cinquenta) quilômetros.~~

~~Parágrafo único. Excepcionalmente, poderá ser concedida a IDI em deslocamentos inferiores a 50 (cinquenta) quilômetros quando o beneficiário não fizer jus à gratificação de indenização de transporte e não utilizar veículo oficial.~~

~~Art. 7º O Presidente do Tribunal de Justiça poderá arbitrar diária diferenciada nos seguintes casos:~~

~~I – quando o afastamento do beneficiário ocorrer para localidade de difícil acesso;~~

~~II – quando o juiz substituto se deslocar da respectiva sede no desempenho de suas funções, sendo observada a distância, o tempo e as condições da viagem e de hospedagem e a duração da substituição;~~

~~III – quando o afastamento do beneficiário deste Poder se der por convocação e o Tribunal de Justiça oferecer hospedagem e alimentação.~~

~~Parágrafo único. O valor arbitrado não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) ou superior a 100% (cem por cento) da diária, conforme tabelas constantes dos Anexos II e III.~~



**Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência**

~~Art. 8º A concessão de diárias e IDI ficará condicionada à programação orçamentária e disponibilidade financeira deste Poder Judiciário.~~

~~Parágrafo único. As atividades da Escola da Magistratura, da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras unidades que impliquem concessão de diárias e IDI deverão constar na programação orçamentária deste Poder.~~

**CAPÍTULO II
DA SOLICITAÇÃO**

~~Art. 9º As diárias, a IDI ou passagem aérea deverão ser solicitadas ao Presidente do Tribunal de Justiça por meio do formulário Documento de Solicitação de Diárias, IDI ou Passagens Aéreas – DSDIP – PJA-025 (Anexo IV).~~

~~Parágrafo único. Quando o afastamento se iniciar na sexta-feira ou incluir sábado, domingo ou feriado, a solicitação de diárias será expressamente justificada pelo requerente, estando seu reconhecimento e a autorização de pagamento condicionados à decisão do Presidente.~~

**CAPÍTULO III
DOS VALORES**

~~Art. 10. As diárias corresponderão aos valores constantes nas tabelas dos Anexos I, II e III.~~

~~Art. 11. A IDI corresponderá aos valores constantes na Tabela de Indenização de Deslocamento Intermunicipal – Tidi – Anexo V.~~

~~Art. 12. As diárias concedidas aos magistrados serão escalonadas e terão como valor máximo o correspondente à diária paga a Ministro do Supremo Tribunal Federal.~~

~~§ 1º Os servidores receberão, no máximo, 60% (sessenta por cento) do valor da diária a que tem direito o ministro do Supremo Tribunal Federal.~~

~~§ 2º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação e ao auxílio-transporte a que tiver direito o beneficiário, exceto em relação às que são pagas excepcionalmente em fins de semana e feriados.~~

~~§ 3º Cabe à Coordenadoria de Planejamento – Coplan:~~

~~I – a atualização e a publicação periódica da tabela das diárias, constante dos Anexos I, II, e III, conforme decisão do Tribunal Pleno;~~

~~II – a atualização dos valores constantes da Tidi – Anexo V.~~



**Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência**

~~§ 4º A atualização da Tidi far-se-á por ato próprio do Presidente do Tribunal de Justiça, tendo como base o Coeficiente Tarifário Rodoviário Intermunicipal, publicado pelo Poder Executivo, e a disponibilidade orçamentária.~~

**CAPÍTULO IV
DO PAGAMENTO**

~~Art. 13. A IDI e as diárias serão pagas antecipadamente.~~

~~§ 1º Excepcionalmente, a critério do Ordenador de Despesa, as diárias serão pagas posteriormente nos seguintes casos:~~

~~I – em caso de emergência, quando poderão ser processadas no decorrer do afastamento;~~

~~II – quando o afastamento compreender período superior a 15 (quinze) dias, em que poderão ser pagas parceladamente, por conveniência da Administração;~~

~~III – quando não houver precisão da quantidade de dias em que o beneficiário ficará afastado da jurisdição ou sede.~~

~~§ 2º Nos casos previstos nos incisos I e III do parágrafo anterior, o pagamento das diárias será efetuado mediante reconhecimento e homologação pelo Ordenador de Despesa.~~

~~Art. 14. Quando o período de afastamento se estender até o exercício seguinte, a despesa recairá no exercício em que se iniciou.~~

~~Art. 15. Para os deslocamentos fora do país, os valores das diárias serão pagos em moeda nacional convertidos na cotação do dólar do dia da liquidação do pagamento, conforme Anexo I.~~

~~Art. 16. As diárias internacionais serão concedidas a partir da data do afastamento do território nacional e contadas integralmente do dia da partida até o dia do retorno, inclusive.~~

~~§ 1º Exigindo o afastamento pernoite em território nacional, fora da respectiva sede, será devida diária integral, conforme valores constantes dos Anexos II e III.~~

~~§ 2º Conceder-se-á diária nacional integral quando o retorno à sede acontecer no dia seguinte ao da chegada no território nacional.~~

~~§ 3º Aplicam-se à diária internacional os mesmos critérios fixados para a concessão, pagamento e restituição das diárias pagas no território nacional.~~

**CAPÍTULO V
DO RELATÓRIO DE VIAGEM**



Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência

~~Art. 17. A prestação de contas das diárias, da IDI e das passagens aéreas será disciplinada em instrução específica expedida pelo Presidente do TJRO.~~

~~CAPÍTULO VI
DA RESTITUIÇÃO DE DIÁRIAS E IDI~~

~~Art. 18. Caso o beneficiário não se afaste da sede, as diárias e a IDI serão restituídas integralmente ao erário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data prevista para o início do afastamento, por meio de depósito bancário em conta a ser indicada pela Divisão Financeira – DIF.~~

~~§ 1º Em caso de retorno antecipado do beneficiário, serão igualmente restituídas, em até 5 (cinco) dias contados da data do retorno à sede originária de serviço, as diárias recebidas em excesso.~~

~~§ 2º outras hipóteses que não justifiquem o pagamento da verba indenizatória serão tratados conforme descrito no *caput* e parágrafo anterior.~~

~~Art. 19. Não havendo restituição das diárias e da IDI recebidas indevidamente, conforme previsto no artigo anterior, o beneficiário estará sujeito ao desconto integral do valor em folha de pagamento.~~

~~CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS~~

~~Art. 20. A solicitação, concessão e o processamento de passagens aéreas autorizadas pela Administração serão disciplinados em instrução expedida pelo Presidente do Tribunal de Justiça.~~

~~Art. 21. Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do Tribunal de Justiça.~~

~~Art. 22. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Resolução n. 017/2010-PR.~~

~~Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.~~

~~Porto Velho, 10 de fevereiro de 2014.~~

~~(a) Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia~~